

PPI: Comissão quer a construção na cidade

Ainda dentro das discussões, sobre a falta do Instituto Médico Legal (IML), em Viçosa, uma Comissão formada pela Presidente da Câmara, Vereadora Cristina Fontes (DEM), a Vice-Prefeita, Lúcia Duque (PT), e a Presidente da Unidade de Acolhimento a Pessoas Enlutadas da UFV, Maria Teresa Fialho, esteve reunida, na segunda-feira, 3, em Belo Horizonte com autoridades da Polícia Civil.

Levando o documento elaborado em reunião realizada na Câmara, no dia 29, a Comissão o entregou ao Superintendente Geral de Polícia Civil de Minas Gerais, Gustavo Botelho Filho, que os acompanhou em uma outra audiência com o Superintendente de Polícia Técnica Científica, Diógenes Coelho Vieira.

Com a assinatura dos representantes dos principais órgãos, e instituições, da cidade, o documento cumpre o papel de formalizar o pedido de urgência na instalação de um Posto de Perícia Integrada (PPI), em Viçosa.

Com base na realidade vivida hoje no município, e com vistas a atender a 9 cidades da região, totalizando mais de 169.880 pessoas beneficiadas, a Comissão justificou o pedido: "foi ressaltado o desenvolvimento da cidade, eles perceberam a necessidade de Viçosa se tornar uma Regional da Polícia Civil, uma vez que já possui Banca Examinadora própria e um eficiente Sistema de Identificação, faltando apenas perito e legista ", salienta Cristina Fontes.

Hoje, ligada a Delegacia Regional de Ubá, a 69 km de Viçosa, muitas demandas tem que ser atendidas naquela cidade, o que dificulta o acesso aos serviços, além de retardar o trabalho dos próprios policiais. Atualmente, todas as requisições de exames periciais são encaminhadas ao PPI de Ubá.

Como consequência a situação do IML de Ubá é de sobrecarga de atividades, e os números comprovam: 27 cidades da região dependem do Instituto, sendo que, 20% do total de exames realizados em envolvidos vivos e 40% em mortos, são provenientes dos nove municípios que poderiam ser atendidos por Viçosa.

Em relação a perícia, a demanda mensal, apenas de Viçosa, chega a 85 exames, o que representa 1000 exames por ano, sendo que parte desses têm sido realizados por Agentes de Polícia Civil, mediante desvio ou acúmulo de função.

Segundo Maria Teresa, a construção do PPI requer a preocupação ambiental pelo fato do tratamento dos dejetos ser uma obra cara: "ficamos satisfeitos, pois a possibilidade de nomear os médicos legistas ´ad hoc`, com o compromisso assumido pelo Dr. Diógenes de capacitação e supervisão, resolveria grande parte dos impasses de perícia, agilizando o processo".

Uma reunião com possíveis parceiros está sendo agendada, como a vinda de técnicos da área para discutir o assunto.

O Vereador João Januário (PSDC) e o Assessor do Deputado Federal Paulo Piau, José Antônio Bicalho, também participaram das reuniões.